

UNIVERSIDADE DE UBERABA

ANNA CLARA FREIRE ELIAS DE DEUS

SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS LGBTQIA+

**UBERABA-MG
2022**

ANNA CLARA FREIRE ELIAS DE DEUS

SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS LGBTQIA+

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Uberaba como parte das
exigências à conclusão da Graduação em
Psicologia do 9º período/2022.

Prof./Orientador: Helena Borges Ferreira

**UBERABA-MG
2022**

Introdução

Apesar das conquistas que a comunidade LGBTQIA+ tem conseguido durante os anos, no Brasil as violências geradas pela homofobia tem origens estruturais, sociais que vão além da agressão física ou verbal. Baseados na ideia de que o único comportamento certo e aceitável seja o heteronormativo, tudo que foge a esse padrão é desconsiderado e rebaixado ao errado.

O Ministério da Saúde considera que toda forma de discriminação, inclusive a homofobia é impulsionadora para diversos sofrimentos psicológicos, por exemplo o medo de ser rejeitado pela família, pela sociedade, pelos amigos, baixa autoestima por, muitas vezes, se considerar errado. Dessa forma, o sentimento de culpa, medo, confusão, insegurança pode causar episódios de depressão e ansiedade. Nesse contexto, entra a importância da psicologia no combate a essa estrutura enraizada, como forma de acolhimento, de transmissão de conhecimento e desconstrução para a sociedade.

Segundo Seabra (2020), psicólogo e ativista LGBTQIA+, ainda há muita violência em relação a saúde mental dessa população advinda de profissionais da saúde, inclusive psicólogos e psiquiatras, o que faz com que muitas pessoas dessa comunidade tenham medo ou receio de procurar ajuda desses profissionais, pois desde sempre é ensinado pra muitas pessoas que elas nasceram “erradas” e “inadequadas”. Sendo assim, um estudo aprofundado nessas questões colabora para autonomia, aprendizado e segurança para o tratamento e acolhimento das pessoas dessa comunidade.

O conhecimento e a discussão sobre a saúde mental da população LGBTQIA+, requer o conhecimento da especificidade dos conceitos de identidade sexual e identidade de gênero, pois é uma comunidade diversa com vários nuances a ser aprendidos e discutidos, apesar de passarem pelo sofrimento da homofobia tem vivências diferentes e cabe ao estudo desse trabalho exemplificar e tratar sobre todas elas, buscando investigar, através da revisão da literatura, o impacto da violência física e psicológica geradas pela homofobia à comunidade LGBTQIA+. Tal revisão será realizada por meio da narrativa da literatura, na qual serão usados como base artigos disponibilizados no sítio eletrônico SciELO. Serão considerados artigos publicados nos últimos dez anos em Língua Inglesa e Língua Portuguesa considerando, as subjetividades dos sujeitos envolvidos nessa comunidade e suas diversidades de vivências.

Capítulo 1 – Origem da sigla LGBTQIA+ e o histórico

A história da comunidade LGBTQIA+ começa em 28 de junho de 1969 em *Stonewall Inn*, um bar, no qual, era frequentado por pessoas dessa comunidade e onde elas podiam demonstrar livremente seu amor e quem são, dentro de um país homofóbico, onde seus direitos eram completamente ignorados. Esse bar ficava em Nova York, no bairro de Greenwich Village, nos Estados Unidos. O movimento ficou conhecido como a Revolta de *Stonewall*, pois nessa época a prática homoafetiva era considerado crime em todo os EUA até 1962 e a punição variava entre pena em regime fechado, trabalhos forçados, e até mesmo pena de morte. Dessa forma, a legalização da homofetividade ainda era recente e, constantemente essa comunidade sofria violência e tinham seus direitos violados, principalmente por policiais dentro desse bar, com abuso de poder (PAIVA, 2018)

Como o próprio judiciário estadunidense era claramente homofóbico, não existiam muitos bares ou lugares que aceitavam pessoas abertamente homoafetivas, e os que aceitavam era fechados pela polícia ou atacados. *Stonewall Inn* era um dos raros estabelecimentos que aceitava e, para isso a Família Genovese, dona do bar, pagava altas propinas para a polícia de Nova York, dessa forma, conseguindo manter o bar aberto. Entretanto, não tinha saídas de emergência, não tinham licença para comercializar bebidas alcoólicas e nem correspondiam as exigências legais da vigilância sanitária, mas era o único local abertamente homoafetivo e, no qual, as pessoas podiam demonstrar seus afetos e dançar tranquilamente.

Contudo, mesmo com esses fatores, ainda havia invasão de policiais que prendiam funcionários ou clientes sem identificação, principalmente homens transexuais, ou vestidos de mulheres, já que na lei ainda era previsto prisão para homens vestidos de forma feminina. Assim, na madrugada do dia 28 de junho de 1969 policiais invadiram o bar de forma violenta fazendo o procedimento de olhar as identificações e o homens vestidos de mulheres, porém algumas pessoas se recusaram a passar por isso e, assim foram juntando uma aglomeração de pessoas dentro e fora do local. Uma mulher que estava sendo violentada por policiais pediu ajuda e, dessa forma, o sentimento de revolta aumentou e um grito foi dado: “Poder gay” (PAIVA, 2018).

As pessoas foram tomadas pelo sentimento de exaustão, não aguentavam mais esses abusos e começaram a atacar viaturas com garrafas e gestos de liberdade. Quem estava de fora começou a jogar pedras e tijolos para ajudar quem ainda estava detido

dentro do bar, até que chegaram mais viaturas e os bombeiros para conter a situação. No outro dia, mesmo com o bar destruído multidões de grupos de pessoas LGBTQIA+ se reuniram em volta do local, com danças, músicas e demonstrações de afetos. Mesmo a polícia querendo conter, já não tinha mais como cercar, era a primeira vez que um grande grupo de pessoas dessa comunidade se juntaram para reivindicar seus direitos a serem livres, respeitadas e poderem assumir seus amores em paz, sem discriminações e preconceitos. Pouco tempo depois, as cidades americanas passaram a ter organizações homossexuais lutando pelos seus direitos e, no dia 28 de junho de 1970, começou as primeiras passeatas do orgulho gay nos EUA. Já em 2016, o presidente da época, Barack Obama, colocou o local onde ficava o *Stonewall In* como Monumento Nacional da história norte-americana (PAIVA, 2018).

No Brasil, o movimento LGBTQIA+ começou em meio a ditadura militar, por volta dos anos de 1970. Havia publicações de dois jornais da época, que possuíam temas sobre essa comunidade: o *Lampião da Esquina*, que foi fundado em 1978, abordava questões sociais e políticas, como também, falava sobre as questões da homossexualidade e denunciava a violência sofrida por essas pessoas. Em 1981, um grupo de mulheres lésbicas e bissexuais fundaram o *ChanacomChana*, que era comercializado em um bar frequentado por essas mulheres. Entretanto, a venda não era aprovada pelos donos do local, e dessa forma, elas foram expulsas de lá em 1983. Após esse incidente no dia 19 de agosto do mesmo ano, ativistas LGBTs e essas mulheres, se reuniram e fizeram um ato político de resistência, que resultou no fim da proibição da venda desse jornal. Por conta desse acontecimento, que ficou conhecido como “Stonewall brasileiro”, o dia 19 de agosto se consolidou como o Dia do Orgulho Lésbico (FACCHINI, 2019).

Com a eclosão da epidemia de AIDS, na década de 1980, os homens homossexuais foram os primeiros a serem afetados, posteriormente foram bissexuais, travestis e transexuais. Com isso, o movimento teve uma nova questão para lutar: um estigma de que eram vetores da doença e, o foco passou a ser a nova crise de saúde pública e a batalha contra esse estereótipo. O Grupo Gay da Bahia, fundado em Salvador, em 1980 e o Triângulo Rosa, fundado em 1985 no Rio, tomaram a frente no movimento. Desse modo, verbas estatais e de cooperação internacional para combate a AIDS passaram a financiar os grupos de pessoas homoafetivas, para ajudar no problema (FÁBIO, 2017).

Desde o Código Penal Imperial de 1830, não existia uma lei específica que punisse a homoafetividade, mas o termo “homossexualismo”, ainda era rotulado e comumente usado na década de 1980, sendo que o sufixo “ismo” remete a doenças e assim, era considerado “desvio de transtorno sexual”, no Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e

Previdência Social. Com isso, o Grupo Gay da Bahia, iniciou uma campanha junto aos psicólogos, psiquiatras e a sociedade, para despatologização da homossexualidade e, em 1985 houve uma decisão favorável do Conselho Federal de Medicina. Essa vitória foi conseguida no Brasil, cinco anos antes da Organização Mundial da Saúde retirar a homossexualidade da lista de doenças (FÁBIO, 2017).

Em 2011, a união estável entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. E em 2013, o Conselho Nacional de Justiça permitiu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, em 2002, a redesignação sexual de pessoas do sexo biológico masculino para o feminino foi autorizado pelo Conselho Federal de Medicina e, desde 2008, passou a ser oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2010, o processo de redesignação de pessoas do sexo biológico feminino para o masculino foi aprovado pelo Conselho e, também, oferecido pela rede pública. Entretanto, infelizmente a fila pode durar anos e não são todos que conseguem (FÁBIO, 2017).

O processo do nome social, que permite a pessoas transexuais e travestis usarem o nome que desejarem para se identificar, estando ou não na identidade (RG), está em andamento e, desde 2009, o Ministério da Saúde permite que esses nomes sejam usados no SUS. O Governo Federal, desde 2013 permitiu o seu uso no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal aprovou que pessoas transgêneras possam mudar em cartório o nome do registro civil. Outra conquista do movimento LGBTQIA+ foi em junho de 2019 com a criminalização da homofobia e da transfobia, decidida pelo Supremo Tribunal Federal. Com isso, práticas homofóbicas e transfóbicas passaram a ser crime no país, equiparados ao crime de racismo juridicamente (FÁBIO, 2017).

Os direitos das pessoas LGBTQIA+ começou a ser requerido no Brasil em 1995, com a criação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). A ideia foi aprovada na plenária final do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, realizado no Instituto Cajamar –SP, que é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Seu objetivo é dar voz ao movimento o lutar pelos direitos dessa comunidade, dando visibilidade e derrubando estereótipos heteronormativos (SIMÕES E FACCHINI, 2005, p. 18, BORTOLLETO, 2019). No seu início o movimento era resumido pela sigla GLS (Gays, Lésbias e Simpatizantes), entretanto essa sigla não contempla todas as expressões de gênero e sexualidade que fogem da heteronormatividade cisgênera, pois a comunidade foi crescendo e novas expressões foram discutidas e colocas em pauta. Além disso, outra luta do grupo ABGLT é a assegurar que o termo “opção sexual” caia em desuso e seja substituído pelo termo “orientação sexual”, já que o primeiro coloca como se fosse uma escolha

e não algo que já nasce com o indivíduo, pois já foi datado há muitos que sempre haverá mulheres e homens, independentemente do gênero, se relacionando entre si e com o mesmo sexo, é uma condição inerente ao ser humano, que já foi vista em demais espécies do reino animal (VARELLA, 2013). No ano de 2005, foi no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, que a sigla LGBTQIA+ foi aprovada pela I Conferência Nacional GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Dessa forma, conseguiu abranger novas categorias que foram surgindo e sendo discutidas, considerando toda a individualidade dos sujeitos pertencentes a comunidade e, respeitando suas expressões de gênero e sexualidade, pois cada um possui vivências diferentes, mesmo sofrendo preconceitos e discriminações. Assim, destrinchando a sigla temos inúmeras vivências (BORELLO, 2019). O “L” são mulheres lésbicas, que se identificam como mulheres e sentem atração sexual e afetiva por outras mulheres. O “G” são os homens gays, que se identificam como homens e sente atração sexual e afetiva por outros homens. Já o “B” são as pessoas, bissexuais, independente do gênero, que se relacionam tanto afetivamente quanto sexualmente, com homens e mulheres, independente do gênero. O “T” são transexuais, travestis, transgêneros e não binários, que são pessoas que não se identificam com o sexo biológico imposto no nascimento. O “Q” são pessoas *Queer*, que tem origem na língua Inglesa e, era um termo que se referia a pessoas não aceitas socialmente, e que viviam a margem da lei, como por exemplo prostitutas ou quem não se encaixava no padrão imposto. Na década de 1980, surgiu a Teoria Queer, e passou a ser entendido como quem não se encaixa nos padrões de gênero impostos socialmente e questiona sobre essas imposições. O “I” são as pessoas que apresentam variações em cromossomos ou órgãos genitais que não permitem que a pessoa seja identificada como masculino ou feminino, sendo antes chamadas de hermafroditas. O “A” são pessoas, assexuais, que não sentem nenhuma ou pouca atração sexual pelos gêneros. Por fim, o “+” se refere, as demais colocações de gênero e sexualidade que vão surgindo.

Além disso, é necessário transcorrer sobre algumas denominações no meio LGBTQIA+, inclusive para compreender a complexidade dessa sigla e toda suas expressões de gênero e sexualidade, pois ela é formada por diversos fatores biológicos, psicológicos e sociais. Primeiramente, temos o sexo biológico que é a genitália, na qual se nasce, são as combinações cromossômicas. A identidade de gênero é a forma como o indivíduo se enxerga e se identifica, por exemplo cisgênero ou transgênero. Já a expressão de gênero é a forma como a pessoa expressa seu gênero, comportamental, por exemplo, masculina, feminina ou não-binário. No caso da orientação sexual, é por quem o sujeito sente atração, por exemplo homossexual, heterossexual ou bissexual.

A primeira parada LGBTQIA+ no Brasil, ocorreu em 1997 em São Paulo, e acabou se tornando uma das maiores do mundo, reunindo milhares de pessoas do país todo e até mesmo de fora e, isso com certeza se deve as diversas lutas que ocorreram tanto em Stonewall, quanto as lutas de diversos grupos no Brasil.

Capítulo 2- Histórico do preconceito e suas raízes: homofobia, LGBTfobia, transfobia, lesbofobia

Preconceito é entendido como uma forma de julgamento sem base científica ou lógica, apenas pautado em crenças subjetivas, ignorância e estereótipos contra algo ou alguém. E a discriminação é a ação pautada no preconceito contra grupos de pessoas ou situações, que podem levar a medidas judiciais. Dessa forma, é visto que a comunidade LGBTQIA+ sofre desse mal desde o início da história, com bases em pensamentos estereotipados, como a repressão sexual, o machismo e a crença religiosa, expressos principalmente na infância e repassado nas gerações seguintes (SBIE, 2019).

Na história as relações homoafetivas são vistas desde a sociedade greco-romana, na qual era um comportamento aceito e comum, principalmente a homossexualidade masculina. O termo “pederastia”, que significa em grego, desejo ardente, amor e paixão, estava relacionado nessa sociedade com uma atitude iniciativa dos homens: os *eromenos*, adolescentes e os *erastes*, adultos, uma preparação para vida marital. Na Roma clássica, a condição para esse ato, era de não afastar o indivíduo de suas funções sociais e não utilizar pessoas de estrato inferior como objeto de prazer e nem assumir a posição passiva. Entretanto, esse homem deveria casar e assumir o papel de *pater familias*, e continuar zelando pelos interesses econômicos e de linhagem da família, ou seja, era aceito somente práticas bissexuais. Dessa forma, amar e estar com o homem não fugia das normas sociais dessa época (BORRILLO, 2010).

A moralidade e o preconceito começam na sociedade judaico-cristã, na qual o único comportamento aceito era o da heterossexualidade monogâmica e a homossexualidade era vista como pecado mortal e nocivo para as pessoas. Começa a condenação a fogueira de indivíduos que praticam a ação passiva, associada com a feminilidade, com outras do mesmo sexo, pois isso ameaçaria o vigor e a sobrevivência das pessoas em Roma e, apoiou-se em versículos da Bíblia, tanto do Novo, como do Velho Testamento. Uma das passagens é a de Sodoma e Gomorra, na qual, sua narrativa são de pessoas que viviam em um local de promiscuidade e foram castigas por Deus, acabando-se em sal, cinzas e enxofre. Dessa forma, o povo de Israel, começou a condenar qualquer prática sexual que não esteja relacionada a procriação, com a intenção de manter a estrutura social patriarcal (BORRILLO, 2010).

Com a Escolástica (1225-1274), São Tomás de Aquino com apoio da Igreja, cria sua base e alicerce para a homofobia, com o objetivo de propagar e condenar qualquer ato libidinoso que não seja para reprodução, sendo que apenas prazer carnal é pecado abominável, e isso inclui

a homossexualidade, masturbação e o sexo fora do período fértil com uma mulher, que se torna submissa e resumida a isso. Com a Peste Negra (1348-1350), volta o discurso homofóbico e a preocupação com o repovoamento, já que muitas pessoas morreram com a pandemia e, com isso, começou uma perseguição e condenação intensa a pessoas homossexuais e muitas morreram na fogueira (BORRILLO, 2010).

Atualmente, o comportamento da Igreja tem se dado de uma forma mais sutil, entretanto é observável que a aceitação possui limites. Ou a pessoa, se “cura” e aceita as doutrinas ou ela simplesmente abdica de seus desejos, em nome de algo muito maior que é a fé cristã. Os homossexuais não são mais jogados em uma fogueira, literalmente, porém, ainda sofrem constante violência, a ponto de alguns, se sentirem obrigados a esconder e abdicar o que sentem, em nome de uma vida remotamente “normal”, mas plenamente aceita pela sociedade vigente, que insiste em nomear o que é amor e quem tem direito a ele.

Ainda falando sobre os dias de hoje, o conceito de lesbofobia está associado ao preconceito e discriminação contra mulheres que se relacionam com outras mulheres, isto é, lésbicas. Dentre as práticas de lesbofobia estão associados o “estupro corretivo”, o machismo e violências, mesmo que sutis e que não deixam marcas visíveis. Além da rejeição social e familiar há também o fato de que por muitos anos as mulheres lésbicas, juntamente com pessoas transgêneras foram invisibilizadas, pois o foco da comunidade era apenas os homens gays, cisgêneros e brancos (PELICIONE, VASCONCELOS, 2020).

Além disso, as mulheres lésbicas e bissexuais, sofrem com a estrutura da violência de gênero e misoginia, vindas do patriarcado. São sexualizadas, violentadas e não respeitadas, pois dentro dessa estrutura social, os corpos das mulheres são controlados e oprimidos e seus direitos ficam à mercê do gênero dominante. A luta dessas mulheres, envolve toda a pluralidade entre elas, pois há lésbicas brancas, negras, transexuais, indígenas e, cada uma delas possui vivências e experiências com a violência de formas diferentes, pois vivemos em uma sociedade binarista, racista e xenofóbica. O que as unem, são as violências vividas e a vontade de ter seus direitos e seus corpos respeitados, assim como o fim dos diversos tipos de violência (PELICIONE, VASCONCELOS, 2020).

A partir das expressões de vivências de mulheres lésbicas, torna-se importante ressaltar que não é falado, de forma aberta e acessível, sobre a prevenção sexual contra IST'S para mulheres que se relacionam com mulheres, não existe uma campanha específica que fale sobre esse assunto que possa abranger todas de forma igualitária. Além disso, há a fetichização e a desconsideração da sexualidade lésbica, pois vemos muitos homens acreditarem possuir o

direito de interferir nesses relacionamentos, com a desculpa que “nunca tiveram um homem de verdade”. (PELICIONI, VASCONCELOS, 2020).

Como também, as agressões físicas e psicológicas, por exemplo, o “estupro corretivo”, que é uma violência sexual, com o argumento de “corrigir” essas mulheres, usando a justificativa que são frustradas em relação a homens, o que novamente subjugava a relação entre elas. O que leva, muitas vezes, a heterossexualidade compulsória, que é o medo de se posicionar e assumir o que são, e muitas, vivem um longo tempo se relacionando com homens, por medo de todas essas violências, ou dificuldade de reconhecerem quem são, pois socialmente o comportamento naturalizado e aceito é o heteronormativo, cisgênero (PELICIONI, VASCONCELOS, 2020).

Em relação a identidade de gênero, as pessoas podem ser classificadas como cisgêneras, que se identificam com seu sexo biológico, ou seja, que foi dado ao seu nascimento, ligado a genitália. Ou transgêneras, que não se identificam com seu sexo biológico, que foi colocado no seu nascimento, de acordo com sua genitália. Dessa forma, essas pessoas são o tempo todo bombardeadas de violências tanto psicológicas quanto físicas, pois socialmente os papéis de gênero são definidos desde a formação da sociedade burguesa, na qual, a mulher e o homem tem seu papel e, isso seria a condição natural humana. E assim, esses indivíduos são vistos, como errados, confusos e até tratados como doentes mentais ou com algum tipo de transtorno (ALMEIDA, 2016).

Muitas pessoas trans, recorrem a mudanças corporais, seja em questões hormonais ou de cirurgias para se sentirem mais confortáveis nos seus corpos e se reconhecerem, mas isso não é regra para todos, pois cada um tem sua individualidade e subjetividade. Dessa forma, desde 2008, o Ministério da Saúde, sendo reivindicado por vários grupos de pessoas transexuais, regulamentou o processo de mudança de sexo, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que são assistências psicológicas e físicas para essa mudança, mas infelizmente, não são todas as pessoas que têm acesso e, mesmo assim é um processo de espera longe e demorado. Entretanto, mesmo que o indivíduo não passe por essas mudanças físicas, ele continua sendo transgênero, se é assim que se sentem. (ALMEIDA, 2016).

Em relação a luta, principalmente de pessoas trans, e toda a comunidade LGBT existem duas importantes pessoas que fizeram parte dessa história: Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. Ainda nos anos 1960, no qual esses indivíduos transgêneros eram marginalizados e excluídos socialmente, elas defenderam sua inclusão no movimento e seus direitos diante da sociedade. Marsha, nasceu em New Jersey, no ano de 1945, de uma família afro-americana e Sylvia em Nova York, no ano de 1951, de uma família latina, ambas tiveram uma infância complicada e

reprimida por gostarem de roupas femininas. Inclusive, Sylvia abandonou sua casa aos 11 anos e começou a se prostituir. (FRANÇA, OSATO, 2021).

Em 1963, participaram da Revolta de Stonewall juntas e lutaram durante todos os momentos de agressões que sofreram quem estava lá. Daí em diante, as duas fundaram o *Street Transvestite Action Revolutionaries*, em 1970, para fornecer ajuda com comida, roupas, abrigo, para pessoas e jovens trans que foram expulsos de casa e quem estava sem moradia. Na atualidade, o Instituto Marsha P. Johnson luta em defesa dos direitos da população negra transgênero e, a organização Sylvia Rivera Law Project possui serviços legais e judiciais a pessoas trans de baixa renda. (FRANÇA, OSATO, 2021). Mas, infelizmente, em 6 de julho de 1992, Marsha foi encontrada morta no rio Hudson, nos Estados Unidos. Sua morte foi dada como suicídio, entretanto não teve uma investigação profunda e bem feita, rapidamente seu caso foi encerrado, seus amigos acreditam que ela foi assassinada aos 46 anos (VALENTE, 2018).

Atualmente, mesmo após a criminalização da LGBTfobia e toda violência associada a ela, é nítido que ainda não há políticas públicas do Estado frente a esse problema grave que assola o Brasil, visto que é um dos países que mais mata pessoas trans no mundo. Em 2020, o país ficou em primeiro lugar no ranking de assassinatos no mundo, ganhando, inclusive de países, nos quais criminalizam esses indivíduos. O que mostra o descaso com essa violência específica em relação a toda a comunidade LGBTQIA+ (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021)

Dessa forma, sem o devido acolhimento a essas pessoas, e políticas públicas que possam ampara-las de forma completa, dificulta mais ainda as denúncias formais e dados estáticos específicos sobre essas violências, principalmente quando o registro civil não é compatível com sua identidade de gênero, o que leva ainda mais pra as subnotificações desses acontecimentos. Além disso, em relação aos assassinatos, os dados não permanecem nas ocorrências, nos laudos do IML, devido ao fato de ignorarem a identidade de gênero da vítima. Ou seja, os órgãos de segurança do Estado, mantêm e são responsáveis pela falta de dados e notificações sobre esses assassinatos de pessoas trans no Brasil (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021).

Um dos casos mais tristes que foi noticiado na mídia foi o de Dandara Ketlyn, uma travesti assassinada, espancada, torturada e morta a tiros em fevereiro de 2017, no Ceará. Esse acontecimento foi mediante a o população, durante o dia, gravado e postado, gerando muita revolta. Os assassinos, a ofendiam e deixavam claro que era um crime de ódio, ofendendo seu gênero e a pessoa dela. O estado do Ceará foi o que mais ocorreu crimes desse tipo em todo o país e o único onde se obteve mais dados desses crimes, todos de formas brutais e horríveis,

mesmo que para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará não tenha ocorrido nenhum crime específico de LGBTfobia (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021).

É notável a falta de preparo para o atendimento a essas pessoas que procuram por ajuda e que vão denunciar essas violências. São inúmeras negligências por parte de quem trabalha na segurança pública, no atendimento, na forma de tratar, no acolhimento e, principalmente na proteção das pessoas trans, que a todo momento estão vulneráveis e suscetíveis a esses crimes. Seja, pela falta de informações desses trabalhadores sobre as violências vividas, seja sobre o preconceito estrutural e julgamentos, não enquadrando como LGBTfobia e, assim não obtendo estatísticas precisas e ausência de dados, sobre esses crimes específicos. Além disso, em relação ao contexto dos crimes, a maioria dos assassinatos acontecem em espaços públicos, e as vítimas em situação de rua. Como também, direcionados a mulheres transexuais e travestis profissionais do sexo, que infelizmente, estão mais suscetíveis e expostas a violência, seja pela transfobia, ou seja pelo estigma e marginalização que essas profissionais passam. A maior parte das vítimas se encontraram nessa situação, pelos seus contextos de vida, vindos da rejeição de familiares, de pessoas próximas e o desamparo que isso causou em suas vidas e as colocou nessas situações. Deixando-as em um alto nível de vulnerabilidade e desproteção, sem nenhum amparo e segurança, expostas a todos os tipos de violências físicas e psicológicas. Em relação aos crimes relatados na mídia em 2020, quando notificados, uma grande parte não respeitam a identidade de gênero das vítimas e expõe seus nomes de registro e não seus nomes sociais, dessa forma, não traz informações completas sobre as vítimas e ainda contribui para a invisibilização desses casos (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021).

Assim, é crítico a discriminação e o estigma sofrido pelas pessoas trans em todo o mundo, especialmente no Brasil que está liderando esse *ranking*. Isso faz parte de um preconceito estrutural, relacionado ao conceito de que o “normal” seria a heteronormatividade e o conceito social de homem e mulher e seus papéis sociais. Dessa forma, essa opressão e toda essa violência, humilhações, ódio e assassinatos, afastam essas pessoas dos seus direitos básicos e de viverem em paz com qualidade de vida, sendo respeitadas (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021).

Analisando o contexto histórico de todas essas práticas homofóbicas, tem-se um grande aparato na religião. Em geral, é notável discursos religiosos que colocam a homossexualidade como um desvio de conduta e de caráter, que afasta o sujeito dos mandamentos de Deus e do seu caminho “correto”, como se fosse um demônio a ser expurgado para a salvação eterna. Atualmente, esse preconceito veio de formas sutis ao acolher essa comunidade, mas com uma

restrição de que não pode ser visível ou apresentado dentro das igrejas e deve ser “curado” (PEREIRA, SANTOS 2009).

Dentre essas práticas de falsos acolhimentos está no aconselhamento pastoral, no qual a pessoa LGBT deve passar por leituras da Bíblia e conversar com o pastor para conseguir reverter e curar sua condição homossexual, pois só assim conseguirá se salvar, na visão da igreja. Além disso, há casos que se acredita que a homossexualidade é um demônio sexual e, esse indivíduo necessita de passar por um exorcismo para a expulsão desse demônio. Práticas claramente homofóbicas, pois para que essas pessoas sejam verdadeiramente aceitas elas precisam abdicar quem são e de sua orientação sexual. (PEREIRA, SANTOS 2009).

Além disso, vivemos em uma sociedade, na qual, a misoginia e o machismo são vigentes e os valores masculinos são apreciados. Dessa forma, assemelhar-se com as características consideradas femininas traí a masculinidade e a heteronormatividade consideradas corretas e aceitas socialmente. Tanto que homens homossexuais que assumem esses traços são extremamente hostilizados e discriminados (BORRILLO, 2010).

Faz parte da construção do ser homem e da masculinidade se mostrar viril, forte e se opor a feminilidade e, a homofobia também faz parte desse processo, pois a todo momento esse homem precisa provar que é “macho” e que não se relacionaria com outros homens. Estar diante dessas características em outro homem, faz com que ele precise confrontar esses sentimentos e suas repressão, sendo que foi ensinado socialmente que o “sexo frágil” e passivo são as mulheres (BORRILLO, 2010).

Com isso, há homens que se relacionam com outros homens, mas por assumirem papel de ativo na relação sexual, não se consideram homossexuais, pois o atributo de passividade está relacionado ao gênero feminino e, então, ser passivo é que torna o indivíduo homossexual. Além disso, para garantir essa masculinidade, as relações tem necessidade de serem sem afeto, dessa forma, garantindo que ainda mantem distância do ser gay e direito ao discurso homofóbico fruto da masculinidade frágil de ter a necessidade de mostrar o desprezo ao não heterossexual (BORRILLO, 2010).

Sendo assim, a homofobia e toda violência de agressividade relacionada a ela está ligada a uma projeção em relação de quem a comente no indivíduo que a sofre, pois o agressor estaria lutando contra seus próprios desejos e sentimentos, que se tornam insuportáveis diante de pessoas assumidamente homoafetivas. Seria como um mecanismo de defesa em relação a sua sexualidade mal resolvida durante sua vida, a violência irracional seria como um modo de aliviar a angustia de sentir desejos por alguém do mesmo sexo (BORRILLO, 2010).

Ademais, pessoas que tem enraizado o conceito feminino/masculino amplamente social, como ordem natural da vida, acreditando que homens e mulheres nasceram com seus papéis sociais já estabelecidos e, que relações homoafetivas quebrariam isso, tem tendências a hostilidade e a homofobia. Como também, homens conservadores que acreditam que homens gays rejeitam seu gênero e conseqüentemente os privilégios da heteronormatividade. Assim, os gays são vistos como pessoas promíscuas sexuais e lésbicas como agressivas e hostis com os homens. Estereótipos como “bicha afeminada” ou “machona” são usadas pra estigmatizar pessoas que se mostram claramente homossexuais e, assim manter um afastamento de qualquer desejo homossexual que o homofóbico possa vir a ter. Dessa forma, vindo criar o medo e a rejeição constante de perder os privilégios da heteronormatividade (BORRILLO, 2010).

Um outro argumento para hostilidade contra pessoas homoafetivas é o fato da não reprodução, que somente um casal heterossexual poderia continuar perpetuando a espécie, em contrapartida que uma relação homossexual não seria capaz disso (BORRILLO, 2010). Esse preconceito vem do fato do medo da perda do que é imposto de forma social e dos costumes hereditários de que uma relação necessariamente precisa haver reprodução. Entretanto, desde sempre existem as relações homossexuais e isso, nunca prejudicou a reprodução humana. Além disso, com a tecnologia e todos os meios de procriação atual, nada garante que o único meio de gerar novos indivíduos seria somente o ato heterossexual.

CAP 3- O preconceito e suas consequências. Propostas de ações contra a LGBTfobia

Diante de todo cenário de hostilidades vivenciadas pela comunidade LGBT, seja violência física ou psicológica, é perceptível um grande aumento de ansiedade e depressão, por não se encaixarem nesse padrão cisheteronormativo considerado o normal socialmente. Dessa forma, pode haver comportamentos como distúrbios do sono, dificuldades em relacionamentos interpessoais, sentimento de rejeição, uso e substâncias psicoativas, o que pode levar ao sofrimento psicossocial muito grande e suicídio (HEREK,1991 *apud* TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021).

Viver em um ambiente hostil, de preconceito e discriminação, sem apoio das pessoas que amam por perto, pode causar danos psicológicos muito graves a saúde mental, por exemplo, o estresse pós-traumático que é culminado pela violência psicológica e física. Além disso, a falta de perspectiva do futuro, por medo da rejeição e não se encaixar no padrão social vigente, levam a casos de suicídio e isolamento (MEYER, 2003 *apud* TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021). Como também, reações geradas pelo corpo de estresse crônico, causado por reações de neurotransmissores que vão responder as tensões vividas diariamente. O que mudaria essa situação caso fosse uma ambiente acolhedor dentro de suas casas (PEDROSA, 2004 *apud* TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021).

Inicialmente, essa discriminação e preconceito pode vir dentro do próprio ambiente familiar, no qual, a pauta sobre ter um algum familiar que fuja da norma cisheteronormativa é expulso de casa, humilhado, hostilizado e desconsiderado da família. O que leva muitas pessoas LGBTs a saírem de suas casas e romperem os vínculos familiares, para não sofrerem a dor e angustia de serem maltratados e desconsiderados, já que suas famílias acreditam e disseminam a estigmatização e a violência sofrida socialmente, não é só um problema individual, mas sim, uma cultura de moralidade heteronormativa, que não aceita o diferente e o que pode fugir isso (TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021).

A autora Schulman (2012), traz o conceito de “homofobia familiar” e a importância de uma intervenção nessas famílias que praticam a violência, juntamente com o Estado e a comunidade. Todas essas situações podem ocorrer de forma sutis, como não considerar ou ignorar e entrar em negação em relação ao gênero ou a sexualidade daquele membro ou até mesmo, violências físicas e psicológicas, de humilhação e expulsão (TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021).

Além disso, o conceito de que o gênero está relacionado ao sexo biológico determinado no nascimento, e tudo que foge a isso não está correto, muitas famílias não reconhecem o gênero de identificação de seus filhos, ou familiares. Dessa forma, pessoas transexuais ou travestis, vivem uma hostilidade de preconceito e rejeição muito grande e, na maioria das vezes, precisam sair de suas casas e vão para as ruas, recorrendo a prostituição como modo de sobrevivência. Sendo assim, é muito importante o reconhecimento do nome social dessas pessoas, mesmo que não esteja registrado ou que não tenha havido mudanças corporais, pois compreender isso é um grande passo para que essas pessoas sejam respeitadas e tratadas como elas se identificam e não baseados em convenções sociais de cisheteronormatividade (TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021).

Com todo cenário social e familiar que já foi descrito, o preconceito e a discriminação causam inúmeros danos à saúde mental e física das pessoas LGBT, por exemplo, altos níveis de estresse e ansiedade, desenvolvimento de depressão e uso abusivo de substâncias psicoativas. Essa hostilidade causa um desconforto muito grande, pela falta de apoio, o medo de se aceitar e não estar adepto ao “normal”, o que pode causar comportamentos de esquiva e isolamento social, ideações suicidas e busca por um aparato psicológico de acolhimento (TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021).

Desse modo, vivendo em uma sociedade, em uma família, na qual, inferioriza e discrimina essa comunidade e os ideias de natureza sexual e de gênero são baseados na cultura heteronormativa, se torna muito difícil organizar interiormente todos esses sentimentos em contrapartida com o desejo de se relacionar de forma livre. Todas as formas de violência sendo interiorizadas, como injúrias, condenações morais, repressões, humilhações, podem impedir as pessoas LGBTs de viverem livremente o que sentem ou se entender dentro de seu gênero (BORRILLO, 2010)

Sendo assim, muitos indivíduos começam a lutar contra o que sentem. Sentindo culpa, medo, vergonha do que são e de seus desejos, o que pode levar a graves problema na saúde mental, ansiedade patológica, início de depressão profunda e a negação do que realmente são. O estigma relacionado a relações homoafetivas, disseminado socialmente, de que essas pessoas nunca serão felizes plenamente, ou não poderão formar uma família de “verdade”, sem filhos e “errados”, levando uma vida de solidão, podem causar os pensamentos de ideação suicida, além de reprimir essas pessoas a nunca poderem viver plenamente o que sente, e assim rejeitando sua sexualidade ou identificação de gênero (BORRILLO, 2010).

Diante desses acontecimentos e sentimentos, as pessoas LGBTQIA+ são submetidas ao um sofrimento muito intenso, por não terem voz e serem julgadas o tempo todo por ser quem

elas são e não terem como mudar isso, principalmente, porque são violentadas baseadas em argumentos de puro preconceito, ignorância e ódio, sentindo-se invisíveis e sem voz para lutar contra tudo isso. Dessa forma, perde o sentimento de esperança no futuro, os medos, as angústias, as ansiedades tomam conta de suas rotinas, o que pode impulsionar e levar a ideações suicidas, como uma única forma de viver sem sofrimento e sem terem seus direitos violados a todo instante (TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021).

Assim, propostas de ações contra a homofobia devem ser tomadas, por exemplo, as redes de apoio para promover o bem-estar, aceitação, compreensão e fortalecimento tanto da autoestima desses indivíduos que sofrem com o preconceito, quanto contribuir para que eles tenham qualidade de vida. Feitas tanto por profissionais da rede de saúde, instituições de acolhimentos sociais ou pessoas próximas, amigos, familiares. Oferecendo, suporte emocional, desse modo, contribuindo para os impactos da violência diminuïrem (SLUZKI, 1997 *apud* TAGLIAMENTO; SILVA, HASSON; SANTOS; SILVA; MARQUES, 2021).

Pensando no acolhimento psicológico vindo de um profissional da psicologia é muito importante um atendimento de qualidade a essa população, compreendendo suas questões, subjetividades e seu contexto social, principalmente, quando existem muitas repressões no ambiente daquele indivíduo que buscou por ajuda. Além disso, conhecimento aprofundado sobre como os impactos da violência e hostilidade sofridas por pessoas LGBT afetam sua saúde mental e os prejuïzos envolvidos nela (CATELAN, 2019).

Psychological Association (2009 *apud* CATELAN, 2019), orienta que esses profissionais da área receba treinamentos específicos para esse acolhimento, desenvolvendo práticas especializadas para contribuir na redução de danos vindo de estigmas, preconceitos e discriminação, podendo assim, fortalecer e potencializar esses indivíduos, para que consigam ter saúde mental para enfrentar toda a repressão, além de que, fortalece a redes de apoio.

Além disso, utilizar de métodos da psicologia para promover o entendimento sobre a diversidade de gênero e sexualidade existentes, por exemplo a psicoeducação que é um recurso que pode auxiliar no entendimento de qualidade sobre essas questões, quebrando estereótipos, tabus, estigmas e distorções preconceituosas sobre as pessoas LGBT. Desse modo, contribuir no conhecimentos das famílias que trata de forma não natural essa diversidade, fazendo um trabalho também com a rede de apoio e o ambiente vivido. Com isso, trazer informações científicas que abarque todos os contextos sociais, sobre não ser uma doença e sim algo normal vivido em todas as espécies (CATELAN, 2019).

É importante salientar, que a psicologia possui vários métodos que pode reestruturar cognitivamente e psicologicamente quem sofre pela homofobia, dando mais esperanças e forças

de enfrentamento. Além disso, uma grande e importante rede de apoio para seus familiares compreenderem o que acontece de forma clara e livre de preconceitos, assim melhorando os relacionamentos interpessoais dos indivíduos LGBT, dentro de suas casas, no seu trabalho e com seus amigos, de modo a transformar um ambiente hostil para acolhedor. Consequentemente, produzindo uma sociedade que quebre o estereótipo de patologia e não natural as relações homoafetivas, com respeito e compreensão de que não existem somente relações heteronormativas e os gêneros podem ser múltiplos e diferenciados da dicotomia homem/mulher.

Conclusão

Como vem sendo dito neste trabalho, a comunidade LGBTQIA+ sofre com inúmeros tipos de violência, que afetam tanto fisicamente, quanto psicologicamente suas vidas. A rejeição social, familiar e religiosa traz consigo muitas adversidades e lutas que são feitas desde a *Revolta de Stonewal*. Essa população vem sofrendo desde sempre com humilhações, falta de reconhecimento e desconsideração de sua identidade de gênero ou orientação sexual, pois a sociedade ainda se prende em conceitos tradicionais de exclusão e heteronormatividade.

O papel do psicológico se faz essencial para o fortalecimento psicológico e tratamento diante de transtornos que podem surgir advindas das rejeições e inúmeras violências, principalmente, aquelas vindas da família e amigos, nas quais, deveriam ser suas redes de apoio. Dessa forma, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou uma entrevista com Leonardo Tenório que é presidente da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) e, trabalha no Espaço Trans do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco.

Tenório, traz sua visão na entrevista da importância da psicologia na luta contra a transfobia e LGBTfobia. Para ele, a despatologização da identidade de gênero trans, pode ser levada pela Psicologia para diversos campos sociais, nos quais, não se tem informações de qualidade sobre os assuntos, por exemplo, dentro dos próprios cursos, profissionais, conselhos de classe, além disso, ter atendimentos psicológicos para essas pessoas, de forma integral, respeitosa e adequada, tanto particulares, quanto pelos SUS e em espaços das universidades.

A Psicologia possui ferramentas para que informações possam ser passadas dentro de diversos campos sociais, utilizando a psicoeducação em grupos e espaços como escolas, universidades, atendimentos com familiares de pessoas LGBT's, dentro da *internet* e redes sociais. Fazer um trabalho conjunto com quem sofre com a heterocisnormatividade e sua rede de convivência e apoio, tendo como objetivo amenizar os danos sofridos por essas pessoas, no processo de se assumir socialmente.

Assim, a psicologia oferece empoderamento para essa comunidade, para se fortalecer e se conhecer cada vez melhor, suas vontades, identificações de gênero e sexualidade, de uma forma integral, segura e livre de preconceito. Obtendo um espaço, em que a normalidade não se instaura apenas em conceitos arraigados, mas sim na singularidade de cada indivíduo, sem expectativas sociais, que envolvam preconceitos e discriminações, como machismo, misoginia, racismo, homofobia e xenofobia.

REFERÊNCIAS

ALEMEIDA, Guilherme. **Assistente social no combate ao preconceito**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayoanra. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 (Orgs)**. – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8pg9SMjN4bhYXmYmxFwmJ8t/?lang=pt>. Acesso em 07 abri. 2022

CARTILHA DIVERSIDADE SEXUAL. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2019/01/cartilha_diversidade-sexual.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021

CASATTI, Alexandre. Conselho Federal de Psicologia, Despatologização, direitos humanos, gênero, Homofobia, Identidade Trans, LGBT, Psicologia, Transexuais. Dia da Visibilidade Trans: entrevista com Leonardo Tenório, 28 de janeiro de 2016. Acesso em: 08 abri. de 2022

CATELAN, Ramiro. **O papel da psicologia no trabalho com a população LGBT**. Disponível em: <https://www.cefipoa.com.br/br/o-papel-da-psicologia-no-trabalho-com-a-populacao-lgbt>. Acesso em: 06 dez. 2021

FÁBIO, André Cabette. A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI brasileiro. **Nexo**, 17 jun, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBTI-brasileiro#section-31>. Acesso em: 19 set. 2021.

FACCHINI, Regina. Histórico da Luta de LGBT no Brasil. **Conselho Regional de Psicologia SP 2019**. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. Acesso em: 04 mai. 2021.

FRANÇA, OSATO. **Marsh P. Jonhson e Sylvia Rivera**: a história das icônicas ativistas trans. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/07/marsha-p-johnson-e-sylvia-rivera-historia-das-iconeas-ativistas-trans.html>. Acesso 24 de out. 2021.

PAIVA, Vitor. Como a Revolta de Stonewall emponderou o ativismo LGBT para sempre. **Hypeness**, 18 jun. 2018 (revisado em 06 fev. 2021). Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/06/como-as-revoltas-de-stonewall-na-ny-de-1969-empoderou-o-ativismo-lgbt-para-sempre/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PELICIONI, Isabela; VASCONCELOS, Izabela. **A invisibilização, a luta por direitos das mulheres lésbicas e como denunciar**. Disponível em: <https://www.oabes.org.br/artigos/a-invisibilizacao-a-luta-por-direitos-das-mulheres-lesbicas-e-como-denunciar-67.html>. Acesso em: 04 out. 2021.

SEABRA, Carú de Paula. Caminhos para o cuidado em saúde mental de pessoas LGBTQ+. **Veja Saúde**, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-apalavra/caminhos-para-o-cuidado-em-saude-mental-de-pessoas-lgbt/>. Acesso em 07 abri. 2022

TAGLIAMENTO, G.; SILVA, S. S. C. da; SILVA, D. B. da; MARQUES, G. de S.; HASSON, R.; SANTOS, G. E. dos. Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTQfobia na saúde mental de pessoas LGBTQs. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 77–112, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v6i3.34558. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/34558>. Acesso em: 7 dez. 2021.

VARELLA, Drauzio. Gays e heterossexuais incuráveis. **DRAUZIO**, 1 jul. 2013 (revisado em 11 ago. 2020). Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/gays-e-heterossexuais-incuraveis-artigo/>. Acesso em: 30 ago. 2021.